

LUÍS OSÓRIO

JORGE JARDIM
GONÇALVES

O PODER DO SILÊNCIO

Prefácio de
ANTÓNIO RAMALHO EANES



ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| Nota Introdutória | 9 |
| Nota do Autor | 11 |
| Prefácio | 13 |
| | |
| I. Uma noite no Funchal | 49 |
| 1. O escolhido | 60 |
| II. Quando apanhou o barco era já um homem | 70 |
| 2. A dúvida nasce cedo | 83 |
| III. Três mulheres de armas | 90 |
| 3. Uma derrota sem honra | 101 |
| IV. A primeira palavra só aos quatro anos | 112 |
| 4. Num mundo de sombras | 123 |
| V. Um anel de noivado | 139 |
| 5. O fim de Teixeira Pinto | 154 |
| VI. Na frente de guerra | 173 |
| 6. Uma revolução | 183 |
| VII. Lua-de-mel, lua-de-fel | 198 |
| 7. Jardim Gonçalves ou Américo Amorim: um deles tinha de ceder | 207 |
| VIII. O dia em que Jardim esbofeteou um soldado | 215 |
| 8. Portugal já não chega | 227 |

| | |
|--|-----|
| IX. Um pelotão de bravos | 251 |
| 9. Uma declaração de guerra | 262 |
| X. Assunção pensou que morria | 286 |
| 10. Jardim enfrenta Champalimaud | 295 |
| XI. Um encontro com Salazar | 313 |
| 11. Ataque terrorista quase destrói o BCP | 322 |
| XII. Um frigorífico especial e o adeus a África | 338 |
| 12. Rei morto, rei posto | 346 |
| XIII De banca nada sabia | 357 |
| 13. Uma notícia atinge-o no coração | 365 |
| XIV. Lacaio do capitalismo | 372 |
| 14. O golpe de Vítor Constâncio | 385 |
| XV. Um estranho telefonema | 400 |
| 15. O despeito de Carlos Tavares | 409 |
| XVI. Opus Dei | 416 |
| 16. O caso das offshores | 435 |
| XVII. Deus e o Evangelho de Marx | 443 |
| 17. Em Espanha torna-se banqueiro antes de o ser | 461 |
| XVIII. A obra das suas vidas | 471 |
| 18. Um príncipe quase perfeito | 483 |
| XIX. Dois milagres em três meses | 492 |
| 19. Ao PS o mesmo que ao PSD | 500 |
| XX. Ofício de viver | 510 |
| 20. Gerir para a eternidade | 526 |
| XXI. A herança | 535 |
| 21. Ponto de ordem | 545 |
| XXII. Uma morte chocante | 556 |
| 22. Três delfins e três algozes | 567 |
| XXIII. Jorge Jardim Gonçalves e Eduardo dos Santos | 588 |
| 23. Nem sempre ama a vontade de Deus | 597 |
| XXIV. 24. Não mais do que um homem | 613 |
| XXV. 25. Uma pessoa em trânsito | 626 |
| XVI. 26. Não pregou olho na cama de Mao Tsé-Tung | 637 |
| XXVII. 27. O amigo José Mário Branco | 649 |
| XXVIII. 28. Papel, caneta e um terço | 660 |
| Árvore Genealógica | 673 |
| Índice Onomástico | 675 |

JORGE JARDIM GONÇALVES
O PODER DO SILÊNCIO

I

UMA NOITE NO FUNCHAL

Ver o pequeno Rodrigo a tocar com o seu avô provocou-lhe um sentimento de que tudo fizera para que a família o visse como uma pessoa sem mácula – não era bem uma questão de orgulho para Jorge Jardim Gonçalves, talvez apaziguamento. A infância marcada pela partida do irmão Agostinho para o seminário, os deveres exemplarmente feitos, as excelentes notas que o predestinavam a um futuro em sítios apenas imaginados, uma relação próxima e sem abalos com Deus e a Igreja, a guerra colonial em que foi distinguido com a Cruz de Guerra por «actos heróicos em combate», um bom casamento com uma mulher com idênticos princípios e quatro filhos bem sentados em cadeiras de vime a ver, como ele, o mais jovem dos irmãos acompanhado ao violoncelo pelo seu pai. Não era bem uma questão de orgulho o que Jorge Jardim Gonçalves sentia; mais o contentamento por estar no Funchal acompanhado pela maioria dos que eram parte de si.

Foi num fim da tarde, antes do jantar. Uns sentados, outros de pé e a sua mãe, Bernardete, combalida e queixosa, deitada num quarto de dormir onde morava o piano e tocava Rodrigo. As portas estavam abertas para a sala de estar; havia uma *chaise-longue* aos pés da cama e um armário sobre o qual existia uma lata de queijadas da Madeira que deliciavam os netos, sobretudo os que estavam em plena puberdade adolescente. Viviam-se os primeiros anos da década de 1980, Jorge ainda não fundara o BCP, mas na presidência do Banco Português do Atlântico ganhara o respeito e reconhecimento dos seus pares; mesmo dos que antes não escondiam desconfiança ou expectativa.

A casa de Bernardete e Agostinho confundia-se com a escola fundada pela mãe do banqueiro, uma era a outra. Em 1931, pouco antes do nascimento do primeiro filho rapaz, Agostinho como o pai, a mãe de Jorge reabriu o colégio que baptizou de Júlio Dinis em homenagem ao escritor de *A Morgadinha dos Canaviais* e *Uma Família Inglesa*. O pai de Bernardete trabalhava no Tribunal do Funchal e a mãe fundara a primeira escola privada na Madeira, o Colégio Piedade – a avó Maria, ou «avó Piedade», escolhera para o colégio o nome pelo qual era conhecida a família. Os horizontes de Maria e José, mais abertos do que seria normal no Funchal do princípio do século xx, permitiram que as filhas pudessem estudar na universidade. Bernardete, o que não aconteceu com as irmãs, voltara à ilha sem completar o curso superior, porém seria de todas a que mais se notabilizaria: fundaria uma escola primária que, durante vários anos, fez concorrência à da mãe Maria, que não foi, pelo menos afectivamente, a avó preferida de Jorge. Nos anos de infância dos netos, com problemas de circulação nas pernas e retida em casa onde na maior parte do tempo ficava sentada numa enorme cadeira de braços, Maria pedia aos filhos de Bernardete para lhe esfregarem as pernas; Jorge, que mal sabia ler, não apreciava o ritual.

Na sala de jantar onde a família se reuniu, existia uma mesa com fotografias. Numa, em particular destaque, o avô José está no quintal com a filha Bernardete – uma das suas poucas imagens. Jorge nunca o conheceu. A partir do momento em que a mãe e suas irmãs foram estudar para Lisboa, os pais alternaram nas viagens a Lisboa. Entre os dois combinaram que, enquanto não terminassem os estudos, teriam uma vida separada – quando José estivesse no Funchal, Maria estaria no continente. Aí, nessa Lisboa dos anos 20, e nos anos seguintes na Madeira, mãe e tias de Jardim Gonçalves passaram a ser acompanhadas pela tia Constança, amiga entre as amigas de Bernardete, que a reco-

nheceu até ao fim como sua irmã Constança. Iniciara a carreira de professora no Colégio Piedade, da avó Maria e, por plano do destino, perderia tragicamente o marido quando esperava Arlinda. Passou a ser mais uma das muitas filhas do clã Jardim Gonçalves e também se licenciou em Lisboa.

Conta-se que a avó Maria, depois da morte do marido, chegou de Lisboa ao Funchal coberta de negro e com um chapéu de véu escuro – foram o genro Agostinho e o tristemente viúvo da irmã mais velha de Bernardete, o tio Joaquim Costa, que a apoiaram em braços à saída do barco. Foram ao camarote e acompanharam-na como se fosse uma rainha. Tempos de solemnidade. Os passageiros desciam as escadas do barco, passavam para a lancha e esta é que transportava os passageiros para o pequenino cais. Maria não mais voltaria a sair do Funchal.

Regressemos a Rodrigo e ao avô Agostinho. Um no piano, outro ao violoncelo. Bernardete deitada numa cama em frente ao neto e ao armário das queijadas. Sofia, Luísa, Jorge Alberto e Filipe espalhados pela sala de estar a ouvir o irmão. Assunção, mulher de Jorge, sentada e feliz. O irmão Vicente entusiasmado com o recital. E ele, Jorge, mais tranquilo do que orgulhoso, consciente do peso das memórias que carregava e sem a mais pequena noção do que o futuro lhe traria. Se naquele fim de tarde estivessem os outros dois irmãos – Agostinho e Luís, gémeo de Vicente – ninguém teria faltado entre os próximos dos próximos.

Poucas eram as recordações que ali não vivessem à superfície. As férias de Verão, os amigos de juventude, as brincadeiras que terminavam em sua casa pois quase nunca frequentava a dos colegas; não por preconceito mas por Bernardete facilitar os lanches e um ambiente de estudo que os amigos se esforçavam por aproveitar. Talvez Jorge não se tenha lembrado da casa de Anselmo, cuja mãe os mimava com chás de estranho sabor. As horas de estudo eram por ali onde agora celebravam o reencontro.

Filhos e colegas tratavam Bernardete por mãe Teite, nunca por professora. Os filhos biológicos habituaram-se a que os amigos a tratassem por mãe e um dia, no nascimento do BCP, Jorge haveria de se inspirar no seu exemplo. Já o pai era para todos o senhor Gonçalves.

Bernardete ocupava o centro das atenções. Perto dela, valha a verdade, poucos conseguiam sobressair. Nesse dia estava adontada; viveria poucos anos mais, mas em circunstâncias normais «encheria» naturalmente a sala. Quando Ramalho Eanes a condecorou com a comenda de mérito educativo, numa cerimónia realizada no Casino do Funchal em 1979, subiu as escadas e perguntou ao então Presidente da República se lhe podia dar um beijinho. A um Chefe de Estado não se pede tal coisa, mas mãe Teite era assim; aos mais novos, presidentes ou talhantes, tratava-os como se tivessem sido seus alunos – numa feira de artesanato realizada logo a seguir, Jorge, já presidente do Atlântico, comentou com Eanes que a mãe «era só ternura», o general respondeu-lhe que gostara bastante.

O pai, Agostinho, inteligentemente e por feição, fazia por ser o mais discreto possível. Não foi condecorado, não teve como Bernardete o seu nome numa rua ou esperou que alguém o recordasse no futuro, mas naquela casa a sua influência e palavra respeitavam-se escrupulosamente. Quem nascia na ilha não podia esperar que a ilha lhe oferecesse uma vida. Com excepção do final do século XX, quando existiu um aumento de ofertas de emprego, a população nunca cresceu – as pessoas sabiam que ou emigravam para a Venezuela, África do Sul, Curaçao ou Planalto de Sá da Bandeira, rebaptizado de Lubango após 1975, ou para o continente, onde completariam os estudos. Agostinho pensou em partir, várias vezes o fez. O *crash* na Bolsa em 1929 ajudara-o a perder as rédeas à sua empresa de comércio e na década de 1930, o pai de Jorge colocou todas as hipóteses na mesa.

Por um lado, era-lhe fácil conseguir uma carta de chamada para Sá da Bandeira; Salazar decretara a obrigatoriedade de possuir uma recomendação enviada por alguém já instalado, alguém que respondesse pela situação do que iria. Por outro, metera-se-lhe na ideia que, um pouco ao modo do sacristão da Igreja de Santa Luzia, poderia ir uns anos para as Antilhas Holandesas... Se o sacristão Jacinto prosperara a fazer e a acertar bainhas das calças, então ele, homem inteligente e rápido nos negócios e no comércio, nada deveria recear. Jorge recorda-se de o ter ouvido falar do tema a uma amiga de casa, de lhe ter referido Curaçao ou o Brasil, onde uma parte da família já se instalara, como hipóteses. A senhora ouviu-o e, no fim, não lhe disse o que decerto esperaria: «Não saia da Madeira, no estrangeiro pode vir a ter mais dinheiro, mas deixará de ser o senhor Gonçalves. Deixará de o ser para sempre.» Não terá sido por uma frase certa que Agostinho, o senhor Gonçalves, não deixou os seus por uns anos – os madeirenses, o que não sucede a açorianos, emigram geralmente sem a família com a ideia de um dia voltarem.

Ficou pelo Funchal. Deu aulas na escola da mulher e, com o fim da Segunda Guerra Mundial, tornou ao comércio; aceitou ser empregado de Américo de Brito, comerciante que lhe fez crer que não estava diminuído por um simples revés, havia que recomeçar por algum lado. Recomeçou na actividade que o completava e deixou de dar aulas no colégio de Bernardete, aulas de ciências naturais e desenho que o ajudaram a fazer sem tanta dor as travessias de deserto que são costume na maior parte das vidas. Ajudado pelas lições e pela música que nunca deixou de tocar e ouvir.

Bernardete enchia a sala. De algum modo, como Agostinho e Jorge, filhos que se haveriam de notabilizar. Mas quando falava fazia-se absoluto silêncio, sinal de que era respeitada como ninguém. Não precisava de mais nada. Enquanto mãe era outra coisa; guiada pelo coração não deixava para amanhã o que podia

dizer hoje. Foi a ela que o mais velho teve de convencer quando se quis dedicar em exclusivo a Deus, foi com ela que os gémeos tiveram de se entender quando justificaram algumas notas menos que excelentes e foi com a mãe que Jorge «negociou» pedidos e algumas angústias – a força com que dirigia o colégio e a casa, a firmeza como professora, a humanidade com que recebia os alunos em dificuldade, a confiança com que os pais lhe entregavam os filhos para que lá pudessem passar temporadas completas. Aquela noite em família, por tudo isto e por aquilo que ainda não sabe, representou um reencontro entre todos, mas também o regresso a um sítio que nunca fora somente a casa dos Jardim Gonçalves; muitas crianças ali dormiram e aprenderam. Agora só lá estavam eles. Sem ninguém por perto para receber explicações, só eles e a sua condição de filhos. Não sugiro que os quatro irmãos tivessem ciúmes, a mãe dizia-lhes que «uma mãe que se preze é capaz de tratar de cem filhos porque todos são únicos».

Entre os três mais novos de Bernardete, onde se incluía Jorge, houve na infância um reconhecimento tácito: apesar de terem a sua individualidade e espaço, o irmão Agostinho era a referência. O mais velho, o que seria mais santo do que os santos, o que revelava convicções mais fortes, o que leu antes de todos os outros livros de filosofia e romances de adultos, o que com toda a coragem trocara a casa pelo seminário. Uma referência para os irmãos, nomeadamente para o mais novo. Entre os dois existiam praticamente quatro anos de diferença – Agostinho nascera em Janeiro de 1932, Jorge em Outubro de 1935. Mas quando podia, corria para estar com o irmão mais velho. Saía do Liceu Jaime Moniz, subia a Calçada da Encarnação, entrava a correr na porta do seminário e pedia a alguém que lho chamasse. Sentavam-se em duas cadeiras de madeira e conversavam de coisas sérias: liceu, pais, situação política da Madeira, de Deus e dos pequenos e grandes problemas da vida. Entre os seus 12 e 16 anos, se al-

guém perguntasse por esses momentos, diria que não os trocava por coisa alguma; o irmão mais velho representava uma segunda figura paternal, tão próxima como o próprio pai. E o Agostinho mais novo – no seu cabelo curto e fato preto – não exercia essa influência sendo paternalista. Ouvia-o como se este fosse um adulto e não um rapazinho.

No liceu Jorge levou-lhe um trabalho que escrevera sobre *Fédon*, livro de Platão a partir do julgamento de Sócrates e da sua condenação. Agostinho leu, deu-lhe opinião e falou-lhe um pouco acerca do que julgava ser o ponto essencial de Platão em relação à imortalidade da alma. Anos mais tarde, meses antes de abandonar o Funchal e ir estudar para Coimbra, nunca lhe passou pela cabeça mostrar ao pai ou aos irmãos gémeos o texto que escrevera sobre a ameaça na Índia portuguesa. Era Julho de 1954 e no Palácio de São Lourenço, o do Governador Civil, discursou perante as autoridades da ilha e em nome dos jovens madeirenses. Perante o aplauso geral, escreveu que a questão indiana estava empolada; Nehru nunca deixaria de ser um pacifista, nunca deixaria de liderar pessoas vestidas de branco e desarmadas, as ameaças eram ilusórias. Apesar de ter a noção de que nem tudo corria bem no regime, como bem percebeu com a morte do Padre Maurício, que lhe apresentarei em breve, só colocaria a si próprio interrogações ao Estado Novo bastante tempo depois. Ali, com 18 anos e um mundo pela frente, pensava o que pensava a voz dominante. Estava errado sobre a Índia e Nehru; as tropas indianas invadiriam Goa, Damão e Diu, em 1961, no preciso ano em que Jorge Jardim Gonçalves, começara a combater na guerra que rebentara em Angola.

Falava de Agostinho, o irmão mais velho. O que saíra de casa aos 11 anos, o que voltava só nas férias e quando voltava – os afazeres no seminário e as visitas à avó Luísa, mãe do pai, impediam-no de o fazer, pelo menos com plenitude de tempo.

Agostinho que sonhou ser aquilo em que se tornou. E soube lutar por sê-lo contra uma opinião imediata de Bernardete que, entre a felicidade de ter um filho padre e a angústia de perder a sua proximidade, preferiria mil vezes que o destino não se cumprisse. Nas férias grandes a mãe Teite perguntava-lhe como é que as coisas corriam e fazia por caprichar nas frases em que o colocava à vontade para regressar a casa, se assim o desejasse. Ser digno do seu respeito foi certamente para Jorge uma das principais motivações. Desejo que não passou pela hipótese de se tornar sacerdote. Terá passado pelo entendimento de muitos, pelo de Bernardete e de alguns amigos da escola, só que Jorge nunca realmente o imaginou – nem no momento em que ficou no quarto herdado a Agostinho, após a partida para o seminário. Bem, talvez em alguns instantes de saudade lhe tenha passado uma vez ou outra pela ideia – juntar-se ao irmão, agradecer a Bernardete e entregar-se a Deus não eram ideias desprezáveis. Só que nem ela o desejava nem Jorge sentiu que tal demanda fosse parte do seu caminho.

Foi fácil a Jorge fazer amizades e impossível conhecerem-lhe namoradas. Estava disposto a esperar o que fosse preciso pela chegada de um verdadeiro amor e convenceram-se que fora o seu gosto pelas comédias românticas americanas dos anos 40 e 50, a desviá-lo da batina, não custa dar-lhes razão: se o olhar não estivesse treinado nos melodramas de Frank Capra ou nos encontros e desencontros de *Casablanca*, seria capaz de reconhecer, numa manhã igual a tantas outras, a mulher que lhe iria mudar a vida? Seria capaz de a reconhecer numa estação de comboios quando os seus olhares não se cruzaram? Não cruzaram o olhar, mas sentiu o futuro mais próximo do que nunca. Aquela mulher, de quem nada sabia, nem o nome, podia ser a da sua vida. Foi a da sua vida. Meses depois soube que se chamava Assunção.

O pai, Agostinho, está ao violoncelo e o filho Rodrigo acompanha-o sentado ao piano. Quase toda a família está presente. E Jorge não pôde deixar de pensar que valeu a pena acreditar num futuro com quem parecia ter um pacto. Assunção sentada ao seu lado e Bernardete, deitada, mas mais comovida do que tinha por hábito. Um fim de tarde em que Jorge regressou à Estação de São Bento e aos sons da infância, quando ia ao Calhau do Mar e a mãe, na companhia do marido e de outros adultos, condescendia em molhar os pés na praia da Barreirinha, mais conhecida pelos funchalenses como do Socorro. Na praia ou em qualquer outro sítio, jamais a viu sozinha na rua numa circunstância que fosse, nunca. Mesmo quando visitava a sua mãe, Maria, o que acontecia todos os dias.

Já as compras no mercado eram feitas pelo pai e pelo empregado João. Traziam as mangas e as anonas do Mercado dos Lavradores e Agostinho fazia questão de escolher o peixe. Chegado a casa treinava no violoncelo. Luís, um dos irmãos gémeos, ainda tocou com competência no instrumento de eleição do pai, os outros preferiram outros sons; a começar por Jorge que teve lições de violino na Academia de Música da Madeira, uma obra da família inglesa Clode – Pedro Lamy Reis foi seu professor e o «culpado» pela sua fixação no primeiro-violino de todas as orquestras que ouve tocar. Um feito.

Sem qualquer talento especial dizia, só que é justo ficar escrito que a família Jardim Gonçalves tinha um grande amor pela música. Frequentavam os concertos do Teatro Baltazar Dias onde tantos artistas da época interpretaram as árias que faziam esquecer a sociedade madeirense dos anos da Segunda Guerra. Uma infância em que perguntava ao irmão mais velho a origem das coisas e da família – por um lado os Pereira Camacho da parte do pai, ricos de terras e com quem pouco conviviam, por outro a mãe, a primeira a assinar Jardim Gonçalves e a ab-

dicar dos Jardim de Sousa, apelidos por que eram conhecidos os antepassados.

Naquela casa aprendeu os ramais, caminhos-de-ferro, cidades e lugarejos de Portugal, ilhas e colónias, reis, príncipes e plebeus. Viu colegas a receber explicações e o pai a preparar as aulas de ciências da natureza que deu nos anos sabáticos. Recordaram para a vida; cada um à sua maneira. Uns são capazes de se ter lembrado do cheiro aos sonhos comidos no Carnaval, do bolo de mel no fim do ano ou dos licores no Natal. Maria Bernardete, além da felicidade de ver a família reunida, talvez tenha tido a tentação de rever o seu enxoval. Como ela se orgulhava dele, dos mais variados objectos e provas de amor de uma relação que, à sua maneira, foi feliz. A toalha principal do casamento, bordada à madeirense. Cadeiras, tabuleiros trabalhados a canivete com desenhos de baixo-relevo, estanhos, almofadinhas pintadas, tanta coisa em que gostava de trabalhar e acabaria por oferecer aos filhos.

Agostinho e o neto mais novo ao piano. Tocaram *Rêverie* de Schumann, no quarto de dormir, o maior entre as divisões onde o talento de Rodrigo motivou expressões de surpresa da família. Se alguém tivesse apostado numa carreira de artista ninguém ousaria ou teria a coragem de contradizer. Só que Rodrigo, o último dos filhos de Assunção e Jorge, o que menos queixas deu à mãe no trabalho de parto, deixou de tocar quando morreu Antónia Teixeira Duarte, sua professora. Nunca mais o faria.

Bernardete, numa mesinha do quarto de dormir, tinha bem visível uma moldura com o seu Agostinho ainda jovem e umas palavras que via com regularidade: «À Inesquecível Bernardete teu sincero A. Carlos Gonçalves, 13 de Maio de 1928», escreveu o marido na moldura do retrato. Eram os tempos dos cortejos românticos e do dinheiro farto, mais um ano e dar-se-ia o terramoto na Bolsa e a perda de tudo – tudo menos Bernardete com quem casara a 12 de Março de 1930, na Igreja de Santa

Maria Maior. Só o fez depois de terminar, com as suas próprias mãos, a casa imaginada. Naquele fim de tarde, uma e outra vez, terá tropeçado nas almofadas em que os dois se ajoelharam no dia de um casamento um pouco tardio, almofadas que seriam guardadas religiosamente pelo mais velho dos filhos, Agostinho como o pai, a quem a Providência escolheu para padre e a quem a família chamou Agos.

O irmão mais velho, o que Jorge reconhecerá, após a morte de Agostinho e Bernardete, como patriarca da família, o único que quando fala motiva o seu silêncio respeitador, o que no seminário preferia mil vezes um bom livro aos jogos de futebol entre colegas. Todos o chamam Agos. Passaremos a reconhecê-lo assim.

1

O ESCOLHIDO

Escolheu Paulo Teixeira Pinto no início de 2005 e provocou a fúria silenciosa em alguns dos que lhe estavam próximos. Durante longos anos tudo fizeram para que notasse que eram mais inteligentes, rigorosos e produtivos. Frequentaram-lhe a casa, partilharam viagens e sucessos, ganharam e deram dinheiro a ganhar, esforçaram-se para provar ao líder que eram excelentes chefes de família e inatacáveis no plano moral. Compreensível e humano. Da mesma maneira que Jardim Gonçalves quis na infância que Bernardete e Agostinho o vissem como um filho exemplar, os mais fiéis entre os fiéis na aventura do BCP desejaram que o fundador os aprovasse e neles visse sinais suficientes para que um dia caíssem nas suas boas graças e fossem o(s) escolhido(s).

Filipe Pinhal poderia tê-lo sido. Tinha legitimidade junto de administradores e accionistas, provara ser de confiança e era inteligente. Se tivesse manifestado a mais leve vontade de realizar um mandato é provável que Jardim tivesse vacilado. Não o fez e oportunidades não lhe faltaram, a começar pela primeira conversa. É que antes de transmitir da sua ponderação a António Gonçalves, presidente do Conselho Superior, julgou importante saber o que pensava o seu mais influente vice-presidente. Pediu a Maria Luísa, secretária desde 1977, para avisar Filipe que passaria pelo seu gabinete – nas conversas sensíveis preferia falar com o vice no território deste, sabia que Pinhal estaria mais à vontade e de espírito aberto para dizer o que pensava.

Tinham trabalhado juntos uma vida. Um trajecto profissional em comum iniciado no Banco de Agricultura, no princípio

da década de 1970 – no BCP tornara-se seu braço direito e, nalguns casos, o esquerdo; implementara a NovaRede e, com isso, ajudara a revolucionar o sistema financeiro português. Era considerado o mais leal, próximo e preparado entre os indefectíveis. Seria normal que tivesse a expectativa de ser «o tal», todavia não o manifestou ao fundador. Talvez a sentisse, talvez pensasse que seria o mais justo e adequado, mas aprovou a escolha de Paulo Teixeira Pinto, ele próprio já a pensara, confessou. Paulo, o secretário-geral do banco, e secretário da sociedade, de perfil austero e vinte anos mais novo do que Pinhal, aparentava ser um sucessor perfeito, um presidente para duas décadas, única forma de a criação de Jardim Gonçalves assegurar estabilidade e uma percepção de perenidade – Pinhal percebeu a intenção do mentor e ofereceu o seu aval. Os dois entendiam-se sem necessidade de muitas palavras. Combinaram que falariam individualmente com todos os membros do Conselho Superior, representantes dos accionistas e administradores. À saída do gabinete, na sede da Rua Augusta, o que crescera na cabeça de Jardim Gonçalves fora finalmente partilhado com alguém. A partir daí seria tudo muito rápido, vinte dias depois o país saberia o que agora apenas dois conheciam – e a notícia a todos apanharia desprevenidos; Jardim Gonçalves tomara a iniciativa de promover a sua substituição um ano antes do final do mandato executivo, Dezembro de 2005 era a data pela qual todos aguardavam.

Se Pinhal era o «homem das pessoas», o «ideólogo» mais próximo de Jardim, Christopher de Beck, responsabilizava-se pela operacionalização da máquina em que se transformara o BCP, controlava a informática, a tecnologia e as relações internacionais. Nado e criado em Portugal, nunca expressaria qualquer desacordo com o presidente – ao ter conhecimento confessou a Jardim, com um suspiro de alívio, que receou que o designado fosse Pinhal. Dizia de si próprio que não escrevia bem nenhum

idioma e falava bem quase todos – algo que poderíamos afirmar do seu percurso: social na essência esforçava-se mais por atenuar os danos do que em aventurar-se por territórios que não controlava ou ficavam fora de pé.

Quanto a António Rodrigues, administrador com a área financeira, qualquer decisão de Jardim teria o seu apoio e compreensão. A escolha de Paulo Teixeira Pinto não seria diferente, não o foi.

Os outros pretendentes estavam tão longe de o imaginar como qualquer comum depositante do banco ou português mais ou menos atento à actualidade. Alípio Dias, antigo presidente do Totta, movimentava-se como uma sombra dos poderes e criara uma teia de cumplicidades junto do conselho executivo. Além do mais, como Jardim Gonçalves o nomeara primeiro para o cargo de director-geral responsável pela auditoria e depois para administrador com igual pelouro, o que lhe permitia acesso aos números e segredos, convencera-se das suas hipóteses. É o problema e a virtualidade dos estrategas; na sua passagem pelo Totta tornara-se um sobrevivente: adaptou-se a José Roquette, Mário Conde e António Champalimaud, não é coisa pouca. Fê-lo calculando passos e palavras. Conhecia Jardim desde 1972, fora-lhe apresentado por um amigo comum, Paulo Sendim, administrador no Banco de Agricultura. Trabalhava para o Grupo Borges e Irmão e geria o jornal *O Comércio do Porto*, pertença do banco gerido por Miguel Quina. Por o jornal estar endividado, ou por outra razão qualquer, surgiu no Agricultura a pedir, ao director-geral e madeirense, crédito para um reinvestimento no projecto jornalístico. Jardim Gonçalves recebeu-o e do encontro não ficou com impressão alguma, boa ou má.

Cada um fez o seu percurso e ao saber-se que abandonaria o Totta, o já presidente do BCP disponibilizou-se para, no último dia de trabalho do banqueiro concorrente, numa conversa que fez por ter no gabinete de Alípio, encontrar uma solução que, numa

primeira fase, não passaria por um lugar de administrador. Apesar de ter liderado um banco, ter sido vice-governador do Banco de Portugal e ocupado uma das secretarias de Estado das Finanças, num Governo em que o ministro era Ernâni Lopes, ofereceu-lhe «apenas» um lugar na Alta Direcção e, só com o tempo, somaria poder nas áreas de banca de investimento e empresas, só aí ocuparia lugar na administração. Com o convite matava dois coelhos: por um lado, ia ao encontro de uma opinião expressa por António Borges, ao tempo vice-governador do Banco de Portugal, que defendia a pouca capacidade/vontade do BCP se abrir ao exterior e de recrutar quadros não formados na sua cultura; por outro, passava uma mensagem para o interior do banco, a de que na instituição não existiam privilégios. Sim, Alípio poderia ter sido o preferido, mas Jardim nunca nele pensou – dificilmente colocaria na liderança alguém que não fora formado na cultura do BCP.

Francisco Lacerda teve porventura uma secreta esperança. Era o mais novo entre a administração e aparentemente da estrita confiança de José Manuel de Mello, figura de referência para Jardim. Entrara directamente para a administração quando o BCP comprou o Banco Mello, negócio de cavalheiros entre Jorge e José Manuel que, na assinatura, pediu um sinal de reconhecimento à anterior gestão. O sinal seria corporizado com o convite ao presidente do banco agora comprado, precisamente Francisco Lacerda. Para acicatar o desejo, o «engenheiro», nas poucas vezes em que falava da sucessão, deixava escapar o gosto pela hipótese de o sucessor ter mais futuro do que passado. Francisco obedecia a esse requisito. Tal como António Castro Henriques que guardava igual esperança. António terá errado nas suas apostas e foi o único a mostrar desgosto ao presidente – antes do anúncio à imprensa, após a reunião com o Conselho Superior, perguntou-lhe directamente, de um modo considerado impertinente por Jardim, se propusera Teixeira Pinto por imposição

do Opus Dei. Alguns o terão pensado, só Castro Henriques o questionou. Um assunto desconfortável. O presidente pertencia à Obra de Deus desde 1976, e era público que Paulo fazia parte da mesma prelatura. Só essa voz se levantou, mas visto *a posteriori* reconhece que a militância religiosa que os ligava contribuiu para indesejadas dúvidas.

De resto, mais ninguém. Pelo menos, dúvidas de compadrio religioso; das outras, profissionais, duas vozes discretas se levantaram: Hipólito Pires e António Dias da Cunha, membros do Conselho Superior, propuseram soluções diferentes. O primeiro escreveu um cartão onde sugeria que Paulo entrasse primeiro para o Conselho de Administração. O segundo escreveu-lhe uma carta onde propunha a alteração dos estatutos, formação de um conselho alargado, a nomeação de Paulo para CEO e manutenção de Jardim como presidente – solução semelhante à do BPI com Fernando Ulrich e Artur Santos Silva. A um e a outro respondeu pessoalmente, a um e a outro disse que não havia tempo, aos dois lembrou que defendia a divisão entre administradores e accionistas, cada qual deveria estar no seu sítio.

Ricardo Bayão Horta, do Conselho Superior, não ambicionava a presidência, pelo menos de um modo visível, porém foi dos que mais sentiu a escolha de Teixeira Pinto. Num sentido metafórico, via o novo presidente como alguém que passara directamente da posição do rapaz a quem se podia pedir um café para um dos lugares mais ambicionados do país. Com Paulo já em funções, em reuniões e conversas de corredor, não se inibiu de criticar a vontade de Jardim. E ao fundador deixou claro que o nome deveria ter sido o de Alípio Dias.

Já o discreto Alexandre Bastos Gomes, que nunca fazia alarde das suas decisões, orgulhava-se de um percurso em que, num certo sentido, se podia encontrar parecenças com a vida profissional de Jardim: começara como bancário e chegara a banqueiro

pelos seus méritos, era eficaz, discreto e conservador. Para ele, o que o presidente decidisse estava decidido.

Jorge não contou a Assunção ou aos filhos. Souberam depois de todos os interessados – a sua mulher nunca deixou de ser o seu porto de abrigo, a retaguarda de que precisava quando lhe aportavam as dificuldades, simplesmente separava o que eram as suas decisões das opiniões da família. Por isso, as dúvidas e convicções acerca do sucessor só em si estiveram – com a saída de João Talone, em Dezembro de 2002, o seu preferido, percebeu que tinha um problema. Em Outubro de 2000, completara 65 anos, idade em que se podia reformar. O nervosismo e a impaciência instalaram-se. «Eterno» até aí, cresceu uma natural especulação em relação à sua saída da presidência, pressão que Pedro Líbano Monteiro, durante alguns anos administrador no BCP, tentou aproveitar em seu benefício; ambição que o levaria à saída do banco. Todos se posicionaram, mas o presidente não quis sair sem um tema resolvido, um problema que veremos a seu tempo: a «exposição» do BCP à derrocada do sector segurador. No íntimo pensou que tinha a obrigação de deixar o banco sem nenhuma questão maior do que a ambição de continuar a crescer. Resolveu o problema com a venda de uma parte substancial do sector segurador à Caixa Geral de Depósitos, negócio que teve a influência de Manuela Ferreira Leite e Nuno Morais Sarmiento, ministros no Governo de Durão Barroso. A operação concretizar-se-ia no final de 2004 contra a vontade clara de António de Sousa, presidente da Caixa. O que o preocupava ficara resolvido, mais do que tempo para abandonar a liderança um ano antes do fim de um mandato que, em Assembleia Geral, lhe fora pedido pelos accionistas. Com o abandono de Talone só três reuniam no seu íntimo os requisitos para ser presidentes: Filipe Pinhal, Fernando Nogueira e Teixeira Pinto. No seu «caderno secreto» eram os três nomes que considerou como potenciais sucessores.

Não chegaria a abordar o ex-vice-primeiro-ministro e candidato à liderança do PSD no pós-cavaquismo. Foi o primeiro a ser descartado pois parecia-lhe possuir um perfil demasiado político e a derrota que tivera nas eleições legislativas fora excessivamente pesada. Factor que pesou para que a decisão pendesse para Paulo que, como Nogueira, não tinha assento no Conselho de Administração – embora a posição de secretário-geral lhe permitisse assistir a todas as reuniões em que o presidente marcasse presença; não só as de Administração, como do Conselho Superior, *holding* de seguros e pensões, e banca de investimento.

A Pinhal e Beck pediu o favor de o ajudarem nos contactos para que todos os membros do Conselho Superior, portugueses e estrangeiros, transmitissem a sua opinião antes da reunião formal – quanto aos administradores, souberam da escolha pela boca do presidente nos dias anteriores à reunião formal com os representantes dos accionistas. Ninguém foi surpreendido. Todos os conselheiros já sabiam antes de se sentarem e nenhum sabia dos outros. Um processo que durou 20 dias e cerca de 70 pessoas conheceram a decisão antes do escolhido. Nada transpirou.

António Gonçalves convocou Paulo Teixeira Pinto que não fazia ideia do teor da conversa.

Foi directo ao assunto. «Se fosse uma casa normal eu, de acordo com o presidente do BCP, chamaria um dos vice-presidentes para lhe suceder, mas somos diferentes e temo-nos dado bem... Há esta vontade que seja indigitado para a presidência do Conselho. O que acha?» Teixeira Pinto achava bem, se nele confiavam ele confiava em todos.

A reunião do Conselho Superior correu como esperado. Os conselheiros acharam a decisão equilibrada e respeitadora da identidade do BCP. Durante a tarde do mesmo dia, 25 de Janeiro de 2005, Jorge Jardim Gonçalves anunciou formalmente na administração o que todos sabiam. Teixeira Pinto, secretário-geral

e director no centro cooperativo com o pelouro jurídico, fora o indigitado para dirigir um império com quatro milhões de clientes e mais de mil balcões em Portugal, Polónia, Estados Unidos, Angola, França, Grécia, Moçambique, Turquia e Canadá. O BCP, que chegara a 10 por cento do Produto Interno Bruto português, fora entregue a alguém que poucos vaticinavam e muitos passaram a criticar no silêncio dos corredores. Sim, muito rapidamente começou-se a conspirar, começaram-se a contar espingardas, iniciaram-se os pactos e alianças movidos por interesses. Jardim Gonçalves contava com o talento e a lealdade do seu sucessor que, de um momento para o outro, passara a ter um poder que dificilmente tinha projectado e a ganhar o mesmo que o homem que o escolhera. Nem nos melhores sonhos.

Demorou pouco mais de um ano a perceber que pouco podia esperar de Teixeira Pinto. Dividiram-se as águas e o poder. Entre os administradores, surpreendentemente, Castro Henriques e Francisco Lacerda aliaram-se ao novo líder. E Beck, assustado com a perda de referências do banco, aproximou-se de Pinhal. Os dados estavam lançados.

«Percebo que a nomeação de Paulo Teixeira Pinto tenha provocado surpresa em alguns, mas escolhi-o por não me parecer que tivesse um calado de defeitos que o impedisse de ser presidente do banco. Sabe o que é um calado? É uma expressão própria de quem trabalhou como engenheiro de portos. É a distância que vai do fundo do barco à linha de água. Se a pessoa possui um calado muito grande acaba por encalhar. Neste tipo de escolhas não podemos ir pelas qualidades porque estas esvoaçam, vamos pelos defeitos porque se agudizam quando se tem o poder. Pensei que Paulo tivesse menos defeitos, talvez não o conhecesse tão bem ou ganhou-os a seguir, não sei. Escolhi-o de acordo com os padrões em que acredito e que sempre me nortearam.»

Após as reuniões e formalismos internos, comunicou-se a decisão ao país. Num ambiente de confiança, Jardim Gonçalves apresentou com orgulho o delfim numa concorrida conferência de imprensa. No discurso de despedida estiveram alguns dos netos. De improviso bem preparado, falou dos fundadores, da abertura para reduzirem as suas percentagens em função dos objectivos do banco, dos governadores, das autoridades, da alta direcção, dos parceiros internacionais. A derradeira palavra dedicou-a a Assunção que, desprevenida, não conseguiu evitar as lágrimas. Nunca chorara publicamente.

As palavras não deixaram dúvidas: Paulo era o mais preparado e o que melhores garantias oferecia para assumir a presidência por largos anos. Às críticas de que não tinha a experiência desejada respondeu que, como secretário-geral, assistia há muito às reuniões de Administração e estava familiarizado com todas as questões operacionais e estratégicas. Tinha tido a seu cargo o projecto de refundação do Millennium bcp e não houve quaisquer conflitos com superiores ou colegas. O homem certo no lugar certo. Mais uma vez, Jardim Gonçalves, trocava as voltas a amigos, inimigos, opinião pública e mercado. Assunção e os filhos sentiram-lhe o alívio pela decisão tomada. Paulo parecia feito de uma matéria distintiva, nele confiou desde o primeiro momento porque ali não via cálculos ou propensão para a dispersão. O homem certo para continuar o espírito da sua obra, um ideal que fazia questão de anunciar nas sessões de acolhimento a novos colaboradores. Com umas palavras ou outras, o filho de Bernardete e Agostinho, finalizava as reuniões com a garantia de que o BCP desejava continuar a desafiar os limites de um país pequeno e cheio de constrangimentos, mas que isso não podia ser feito à custa de atropelar os sonhos e ambições dos concorrentes ou colegas do lado. Tinham de lhe dar a sua palavra que seriam razoáveis uns perante os outros e garantir-lhe que tudo fariam para continuar a crescer e ganhar.

«Bastava que o Paulo tivesse sido um obstáculo a uma erosão que foi crescente para que nada disto tivesse acontecido, bastava que tivesse mantido o diálogo e alguma lealdade. Por outro lado, nunca me macei com ele. Não fui eu quem lhe colocou entraves e o pôs fora, quem o fez foram os que promoveram o conflito que dividiu a instituição. E ele sabe-o, seguramente sabe-o hoje muito bem.»

